

1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Em 2013, instituímos os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) na cidade de São Paulo, com a aprovação da Lei nº 15.920/2013, que coloca a obrigatoriedade de, progressivamente, o município garantir ações que corroboram com a SAN e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Em 2015, regulamentamos o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN-SP, empossamos os novos membros, pela primeira vez a presidência da sociedade civil, e criamos a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). Ações que foram fundamentais para a adesão do município ao SISAN, (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) do governo federal e comprometendo-se, assim, no período de um ano, elaborar e lançar o Plano de SAN.

A sensação do dever cumprido. E a busca incessante de novos desafios. É dessa forma que definimos o processo de consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional, culminando com o lançamento do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo. A cidade avançou substancialmente na implantação das políticas que promovem o direito à alimentação adequada e segurança alimentar e nutricional da população.

As proposições e o resultado da participação de uma sociedade atuante na 6ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional fazem parte das ações municipais desta gestão e estão presentes nesse Plano.

O Plano que apresentamos é resultado de um trabalho intersetorial envolvendo diversas secretarias do governo municipal, que se reuniram para discutir as interfaces e as ações que poderiam compor esse documento.

A concretização de projetos, além da execução de programas e ações que garantam o direito humano à alimentação adequada, o combate à fome, à exclusão social e o estímulo a hábitos alimentares saudáveis, além da geração de renda vinculada à alimentação saudável e inclusão social, e o consumo consciente dos alimentos, como o fortalecimento da agricultura familiar e maior acesso a produtos orgânicos, estão aqui contemplados.

Desta forma, beneficiaremos a cidade em todo o seu circuito produtivo, garantindo comida de verdade, no campo e na cidade, a todos os cidadãos.

OBJETIVOS

Objetivo principal

Garantir, de forma gradativa, o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional por meio de ações efetivas do Poder público Municipal.

Objetivos específicos

1. Efetivar ações que viabilizem o acesso à alimentação adequada e saudável;
2. Priorizar nessas ações as famílias e pessoas em vulnerabilidade social;
3. Promover o abastecimento público e a estruturação de sistemas sustentáveis de produção;
4. Instituir processos permanentes de educação alimentar e nutricional e cultura alimentar;
5. Promover hábitos alimentares saudáveis;
6. Promover ações de Segurança Alimentar e Nutricional para povos e comunidades tradicionais;
7. Fortalecer as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde; e
8. Monitorar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

PÚBLICO ALVO

População da cidade de São Paulo, em especial, as famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e Insegurança Alimentar e Nutricional.

META

Implementar as ações previstas no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional até o primeiro semestre de 2020. A partir do segundo ano de vigência do PLAMSAN será realizada sua revisão.

ESTRATÉGIAS

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo, entendido como peça essencial à efetivação da Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional, resulta de rico processo de pactuação intersetorial no qual várias Secretarias Municipais e seus departamentos e coordenadorias foram envolvidas e contou com ampla participação social. O processo foi conduzido pelos componentes municipais do SISAN, com cada uma das suas instâncias cumprindo as suas responsabilidades legais. A 6ª Conferência Municipal de SAN discutiu a Segurança Alimentar e Nutricional no Município e elaborou 78 propostas sobre os mais variados temas e elaborou a Carta Política do evento.

O COMUSAN, a partir dos resultados da 6ª Conferência, indicou as diretrizes e prioridades da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e do Plano, e faz o controle social e a CAISAN-Municipal, presidida pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, foi a responsável pela coordenação e elaboração deste Plano.

A participação social, desde o início do processo, foi tida como determinante para conferir legitimidade e qualidade ao PLAMSAN.

Sendo garantida pela participação ativa do COMUSAN-SP em todo o processo. O COMUSAN-SP participou das reuniões da CAISAN-Municipal com o principal objetivo de auxiliar na construção da metodologia do PLAMSAN e dos conteúdos primordiais, assim como levar os resultados e decisões obtidas para todos os conselheiros. Também foi fundamental na condução do diagnóstico participativo, na participação das reuniões intersetoriais, nas discussões realizadas nas suas plenárias, na mobilização para a realização da consulta pública e na apreciação da sua minuta final.

INDICADORES

O Plano agrega ações ligadas a várias dimensões de SAN, passando pela produção ao consumo e implicações à saúde. Dessa forma, são diversos os indicadores para serem acompanhados, conforme segue:

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

-Área plantada de produtos diversos (Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE)

DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS

- Quantidade comercializada de frutas, verduras e legumes, por produto (CONAB/PROHORT)

RENDA ACESSO E GASTO COM ALIMENTOS

-Percentual da População em Extrema Pobreza (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios e Censo Demográfico do IBGE)

-Índice de Preços ao Consumidor – INPC do IBGE

SAÚDE E ACESSO A SERVIÇOS DE SAÚDE

-Estado Nutricional das crianças menores de 5 anos (Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, Vigitel, ISA-Capital)

-Estado Nutricional dos Adolescentes – 10 até 19 anos
(Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, Vigitel, ISA-Capital)

-Estado Nutricional dos Adultos – 20 até 59 anos (Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, Vigitel, ISA-Capital)

-Estado Nutricional de Gestantes (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional)

-Baixo Peso ao Nascer (Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos)

-Prevalência de Aleitamento Materno (Pesquisa Nacional de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde)

-Acesso ao Pré-Natal (Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos)

-Taxa de Mortalidade Infantil (Sistema de Informação sobre Mortalidade e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos)